

Saúde e cotidiano na Companhia de Menores Aprendizizes Marinheiros de Paranaguá na segunda metade do século XIX

João Pedro Dolinski*

Resumo

A proposta deste artigo é discutir a história da Companhia de Menores Aprendizizes Marinheiros de Paranaguá durante a segunda metade do século XIX, buscando compreender sua organização interna e o modo como resolviam seus problemas de saúde. Os internos alistados na Companhia eram provenientes das camadas sociais mais pobres da população. Alguns se alistavam voluntariamente, outros por decisão judicial ou imposição dos pais e tutores. Lá recebiam instrução escolar, alimentação, alojamento e cuidados médicos. Muitos adoeciam por conta das endêmicas febres palustres que atingiam Paranaguá. No entanto, para resolver seus problemas de saúde, dispunham de médico e enfermaria cujos recursos e condições higiênicas eram superiores às da Santa Casa de Paranaguá.

Palavras-chave: História local; Paranaguá; Companhia de Menores Aprendizizes Marinheiros.

Abstract

The goal this paper is to discuss the history of Companhia de Menores Aprendizizes Marinheiros de Paranaguá during the second half of the XIX century, trying to understand their internal organization and the means how they solved their health problems. The children and teenagers enrolled in the Companhia were from the poorest strata of the population. Some were enlisted voluntarily, others by court decision or imposition of parents. In the Companhia were receiving schooling, food, housing and medical care. Many got sick because of the palustres endemic fevers that reached Paranaguá. However, to solve their health problems, they had medical and

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.
Linha de pesquisa: Espaço e Sociabilidades.

nursing resources whose hygienic conditions were superior to the Santa Casa de Paranaguá.

Keywords: Local History; Paranaguá; Companhia de Menores Aprendizizes Marinheiros.

O objeto do artigo concentra-se em analisar a Companhia de Menores Aprendizizes Marinheiros de Paranaguá durante a segunda metade do século XIX, buscando compreender sua organização interna e o modo como resolviam seus problemas de saúde. Não existe uma historiografia minimamente constituída a respeito, tanto dessa repartição como da saúde pública em Paranaguá. Portanto, o que se propõe é um avanço ao debate historiográfico ligado à história social da saúde, das doenças e das práticas médicas no Brasil Meridional.

Em Paranaguá surgiram os primeiros espaços de cura e se desenvolveram as primeiras iniciativas públicas de organização sanitária e de controle de epidemias. Nesse sentido, examinar esses espaços e as práticas médicas em Paranaguá significa compreender a formação da saúde pública no Paraná. O cólera, a varíola e a febre amarela eram as principais doenças epidêmicas que preocupavam as autoridades sanitárias, sobretudo pelos danos que causavam à economia local, ameaçando a fluidez do comércio marítimo da região e submetendo pessoas ao confinamento em hospitais. Por ser uma cidade portuária, Paranaguá ficava vulnerável às manifestações dessas moléstias, além de contar com poucos recursos humanos e financeiros para resolver seus problemas de saúde. Contudo, apesar das limitações, dispunha de uma Santa Casa de Misericórdia e do lazareto da Ilha das Cobras, recurso com o qual poucas províncias podiam contar no século XIX.

O trabalho, que tem como enfoque a história local, denominada por Pierre Goubert (1968) como aquela que diz respeito a uma ou poucas aldeias, uma cidade pequena ou média, está dividido em três seções. Na primeira delas contextualizo historicamente a cidade de Paranaguá em seus aspectos econômicos e sanitários. Dessa forma, reconstituo brevemente a organização

da saúde pública local e discuto a salubridade e as principais doenças da região no século XIX. O porto também será objeto de estudo na primeira parte deste artigo, em razão de sua importância não só para a economia como também para as questões de ordem sanitária. A segunda seção é dedicada à narração da história da Capitania dos Portos de Paranaguá, responsável pela Companhia de Menores Aprendizes Marinheiros até meados da década de 1880. Por fim, examino o cotidiano e a organização interna da Companhia, ressaltando suas ações no campo da saúde.

Paranaguá no século XIX: porto, cenário ecológico e organização sanitária

A fundação da Vila de Paranaguá data de 1648. O foral foi estabelecido pelo então el-rei D. João IV e criado pelo doutor sindicante Manoel Pereira Franco. O Marquês de Cascais nomeou para capitão-mor, loco-tenente e ouvidor o sertanista Gabriel de Lara. A Vila estava situada à margem esquerda do então denominado rio Taguaré, que, mais tarde, viria a ser chamado rio Itiberê. Aí foi construído o primeiro ancoradouro para pequenas embarcações (até princípios do XVIII não havia cais nem molhe). Em 1721, por iniciativa do então ouvidor geral Rafael Pires Pardinho, foram tomadas as primeiras medidas visando ao melhoramento do porto. Contudo, as obras só tiveram início em 1760:

Assim, desde os primórdios da Vila, até os meados do século XIX, o porto de Paranaguá, ou seus ancoradouros, e o pequeno cais iniciado em 1760, ampliado por volta de um século depois, esteve localizado entre a foz do rio Taguaré e a altura onde se situava o prédio do Colégio dos Jesuítas (WESTPHALEN, 1998, p. 28).

Os limites geográficos da cidade de Paranaguá, no início do século XIX, eram, ao norte, o distrito de Cananeia; ao sul, o território de Guaratuba; a leste, o Oceano Atlântico; e a oeste, os distritos de Antonina e Morretes. Em 1842, tanto Paranaguá como Curitiba foram elevados à categoria de cidade

(SAINT-HILAIRE, 1995). Sua população em 1820 era de aproximadamente 5.000 habitantes, e em 1838, 8.891. De acordo com Linhares (2000), em 1853, ano da emancipação política do Paraná, Paranaguá contava com uma população de cerca de 6.500 habitantes. Segundo o censo de 1872, nesse ano Paranaguá contava com uma população de 8.228 pessoas (DGE, 1876).

Fernandes Junior (1988) afirma que, ao separar-se de São Paulo, o Paraná dispunha de uma junta médica de três profissionais e das chamadas *boticas*¹. Nas regiões mais afastadas da província, a população só contava com curandeiros para resolver seus problemas de saúde². Durante os surtos epidêmicos, a esses locais mais distantes, eram enviadas “caixas de botica” contendo medicamentos e instruções a serem seguidas. Em algumas situações, médicos deslocavam-se às regiões afetadas para atender à população local.

O cenário ecológico da cidade de Paranaguá durante a segunda metade do século XIX não era favorável do ponto de vista da teoria médica vigente então. Durante as marés baixas, o leito do rio Itiberê deixava exposta extensa planície de lama que, segundo os saberes da época, exalava vapores infectos, tornando insalubre o ar. Matas, charcos, pântanos, águas estagnadas e mangues, quando submetidos aos raios solares, produziam fermentações pútridas, agravadas pelas matérias fecais e outros tipos de dejeções despejados na praia defronte à cidade. Para uns, a salubridade da cidade também era prejudicada pelo fato de a Ilha da Cotinga barrar a circulação do ar em Paranaguá (SANTOS, 2001). Não havia um planejamento de higiene urbana. Muitas habitações tinham aspectos precários e não existia água encanada e coleta generalizada de esgotos.

¹ Segundo Fernandes Junior (1988), o termo *botica* era utilizado para se referir a estabelecimentos onde se vendiam remédios, bem como para designar as caixas de medicamentos. No alvorecer do século XIX, o médico que atuava na Vila de Paranaguá era João Batista Vieira Ramalho, que praticou sua arte em benefício da população local durante mais de 25 anos. O exercício da medicina e os serviços de botica eram práticas que já estavam implementadas na região desde o fim do século XVIII. (SANTOS, 2001).

² O autor não especifica quais as cidades da província do Paraná que dispunham de junta médica e boticas. Deduzo que as regiões “menos afastadas da Província” fossem o litoral e as adjacências da cidade de Curitiba. Sobre a atuação de curandeiros no Brasil Imperial ver: Pimenta (2003, 2008).

Era, sobretudo, no período de outubro a março que grassavam as febres de diversos tipos, além de disenterias sanguíneas, fluxos lientéricos, hemorroidas e paralisias. Segundo Santos (2001), entre junho e agosto, as doenças mais comuns eram defluxões catarrais, pneumonias, pleurizes e coqueluche. Obstruções de fígado e baço também ocorriam com certa frequência em razão, segundo o saber médico da época, da carência alimentar da população mais humilde e do convívio em solos úmidos. As febres denominadas palustres e intermitentes eram consideradas endêmicas em Paranaguá. Doenças como febre amarela, cólera e varíola tinham caráter epidêmico.

Os sepultamentos representaram um dos principais problemas sanitários para as autoridades provinciais do período. Em 30 de agosto de 1834 o governo da província de São Paulo, por meio do artigo 66 parágrafo 20, da lei de 1º de outubro de 1828, determinou que não fosse mais utilizado o interior das igrejas para práticas de sepultamento, sendo, portanto, necessária a construção de cemitérios distantes desses locais sagrados³. Durante os períodos normais, os mortos eram enterrados nos cemitérios. Nas quadras epidêmicas, por sua vez, os sepultamentos eram realizados nos campos, longe dos limites urbanos. “Assim, os leprosos e as vítimas de epidemias deviam ser sepultados em locais bastante afastados da população. Os variolosos, além desta exigência, deviam ser enterrados à noite, para a prevenção do contágio” (FERNANDES JUNIOR, 1988: 5), o que não quer dizer que tais exigências fossem cumpridas à risca pela população local⁴. Antes de 1853, o modelo empregado em São Paulo certamente se estendeu às comarcas daquela província, inclusive a do Paraná. Com a criação da província paranaense, a medida continuou a ser cumprida. O cemitério de Paranaguá pertencia à irmandade de São Francisco da Penitência e estava estabelecido fora do perímetro da cidade.

³ Na Europa, segundo Foucault (2007), os cemitérios foram deslocados para a periferia das cidades a partir da década de 1780, quando passaram a ser individualizados, ou seja, com sepulturas e caixões individuais. Para Foucault (2007,) não foi por razões teológicas e sim político-sanitárias que se propôs a individualização do cadáver, do caixão e do túmulo.

⁴ Sobre os costumes fúnebres no Brasil oitocentista, ver: Rodrigues (1997).

Na perspectiva de Dalledone (1980), o clima e a salubridade na província do Paraná eram bons, contrastando com as cidades cujas condições de higiene eram notoriamente mais precárias. A autora atribui o baixo índice de mortalidade na província do Paraná não à assistência médica e sim à salubridade do clima e à baixa concentração populacional:

Os óbitos na Província eram considerados poucos em relação à sua população, fato atribuído mais à excelência do clima do que aos cuidados da saúde pública. No entanto, contribuíam também para o aumento da idade média de vida outros fatores, tais como os *cuidados higiênicos, o saneamento básico e os avanços da medicina* (DALLEDONE, 1980, p. 40).⁵

Seus argumentos parecem contraditórios, pois esses fatores integram um quadro mais amplo de ações voltadas à saúde pública. O reconhecimento do papel de avanços médicos para o aumento da expectativa de vida contradiz sua tese de que o índice de mortalidade não estava relacionado à assistência médica.

Para Larocca (2009), o clima salubre do Paraná era um muito relacionado a um determinismo climático. As teorias científicas do século XIX, baseadas em concepções miasmáticas e infeccionistas, atribuíam ao clima uma condição especial nas explicações relativas à saúde e à doença:

A coexistência de várias teorias explicativas sobre o adoecer e o morrer e o resgate hipocrático são possíveis explicações para o chamado determinismo climático, determinação em que estações úmidas e quentes seriam responsáveis por grandes flagelos: diarreia, febre amarela, entre outros (LAROCCA, 2009, p. 33).

Tal controvérsia leva à observação mais geral de Foucault:

⁵ Grifos meus.

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde (FOUCAULT, 2007, p. 93).

Assim, a província do Paraná, a despeito de suas condições climáticas, apresentava quadro precário de higiene e saneamento que se tornava mais evidente durante os surtos epidêmicos.

O crescimento do comércio internacional, do tráfego marítimo e da imigração no final do século XIX transformou os portos da América do Sul nos principais alvos das medidas sanitárias adotadas por governos locais. Para Cueto (2007), esse processo colocou não apenas a reformulação do comércio, como também a reorganização da saúde dos portos no centro dos projetos de modernização e centralização da vida política dos países latino-americanos:

Os problemas dos portos incluíam não apenas as condições sanitárias dos armazéns, mas também as condições de vida precárias dos marinheiros, portuários e pescadores. Os marinheiros e pescadores viviam em condições difíceis, seu trabalho era irregular e, fora da estação, eles precisavam encontrar outras fontes de renda. Os estivadores tinham que carregar cargas perigosas, como o carvão, que emitia gases asfixiantes, o petróleo, que podia deflagrar incêndios, fertilizantes como o guano, que prejudicavam a pele, e produtos agrícolas, que se deterioravam rapidamente. Havia também a ideia estereotipada de que, quando as tripulações passavam alguns dias num porto latino-americano, voltavam para o navio com alguma doença venérea (CUETO, 2007, p. 43).

O porto de Paranaguá era a espinha dorsal do comércio da região e o elo de ligação mais importante da província paranaense com as demais

regiões do país e do mundo. Em 1881, a erva-mate era o principal produto exportado por aquele porto, tendo como destino principal a República do Prata e o Chile. A navegação de cabotagem era feita por escalas, por vapores de companhias brasileiras e alguns navios a vela de pequena tonelagem que realizavam o comércio entre Paranaguá e Rio de Janeiro, e que pertenciam a negociantes da Praça de Paranaguá e de outras cidades (ARQUIVO NACIONAL [AN], 1881, SM XM1114 FUNDO B2).

De acordo com Westphalen (1998), as embarcações que ligavam o porto de Paranaguá aos demais portos do Império, por meio da navegação de cabotagem, eram provenientes, em sua maioria, das províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. Entre os anos de 1801 a 1878, 5.525 embarcações realizaram a navegação de cabotagem no porto de Paranaguá. Desse total, 2.696 tinham como procedência e destino o Rio de Janeiro, e 1.730, a província de Santa Catarina (WESTPHALEN, 1998, p. 35). As relações comerciais entre Paranaguá, Montevideu e Buenos Aires datam do início da década de 1810, mas só se tornaram constantes com a exportação regular de erva-mate a partir da década de 1820 (WESTPHALEN, 1998). Entre os anos de 1825 a 1878, 3.942 embarcações que realizavam navegação de longo curso aportaram em Paranaguá. Dessas, 3.262 tinham como procedência e destino o Rio da Prata, e 285, o Chile (WESTPHALEN, 1998, p. 38). A nacionalidade das embarcações que praticavam a navegação de longo curso entre os anos de 1826 a 1884 é majoritariamente brasileira, com um total de 647 navios, seguida por Espanha e Alemanha, com 141 e 127 navios, respectivamente (WESTPHALEN, 1998, p. 40).

O importante a ressaltar é o significado socioeconômico de Paranaguá para a província do Paraná. A despeito disso, Paranaguá mantinha fluxo marítimo constante com o Rio de Janeiro, cidade onde a febre amarela era endêmica. A imigração também teve peso relevante não só para a economia como para a saúde pública local. Os imigrantes eram em sua maioria de origem brasileira, porém o número de estrangeiros, sobretudo europeus, foi significativo se comparado com a densidade demográfica local. O fluxo contínuo com a Corte Imperial e a entrada de pessoas originárias de outros

países, não habituadas ao clima brasileiro, e que muitas vezes chegavam aqui atacadas por alguma moléstia pestilencial, despertavam a preocupação das autoridades sanitárias de Paranaguá, sobretudo em uma época em que a febre amarela representava grande ameaça à vida⁶.

A Capitania dos Portos respondia pelos portos de Paranaguá e Antonina. Os capitães, além de responsáveis pela Companhia de Menores Aprendizes Marinheiros, também integravam as comissões de saúde formadas pelos governos provincial e municipal durante as crises epidêmicas. Portanto, a Capitania dos Portos estava, ainda que indiretamente, associada à saúde pública da região.

Capitania dos Portos

As Capitanias dos Portos foram criadas pelo decreto nº 558, de 14 de agosto de 1845, com o objetivo de policiar os portos do Império brasileiro. Seu regulamento foi instituído pelo decreto nº 447, de 19 de maio de 1846, que vigorou pelo menos até outubro de 1881, mas sem força de lei. Diferentes decretos, regulamentos e avisos acabaram anulando as Capitanias dos Portos em praticamente todos os seus atos. (AN, 1881, SM XM1114 FUNDO B2).

A de Paranaguá foi estabelecida pelo decreto nº 1241 de 1º de outubro de 1853, ano em que foi fundada a Província do Paraná. A Capitania, no entanto, entrou em funcionamento somente em fevereiro de 1854, tendo como primeiro comandante titular o capitão tenente Manoel de Bulhões Ribeiro (AN, 1879, SM XM1114 FUNDO B2). Em 1878, a Capitania dos Portos de Paranaguá requereu novo regulamento, pois aquele em vigor encontrava-se entrelaçado com o da Alfândega, ocasionando constantes atritos entre os dois órgãos. Os capitães de navios vinham registrando a tripulação sem obedecer às regras estabelecidas pelo regulamento de 1846, o que dificultava o trabalho do capitão do porto. Ainda em 1878, alguns deputados da Assembleia Legislativa da Província do Paraná chegaram a sugerir o fechamento da Capitania do Porto de Paranaguá, alegando que era inútil

⁶ A respeito da história da febre amarela no Brasil, ver Benchimol, 1999, 2001.

e que sua extinção traria uma economia aos cofres públicos. O capitão do porto, Joaquim Guilherme de Mello Carrão, opôs-se à ideia, argumentando que a Capitania tinha grande importância para a marinha do Império brasileiro. Em sua visão, as Capitânicas precisavam de novo regulamento, pois o de 1846 não tinha força de lei, e aquele baixado pelo decreto de 14 de abril de 1874 teria debilitado ainda mais a Capitania, ao abrir brechas para atos que o capitão considerava imorais, como o direito de estrangeiros comandarem navios com pavilhões nacionais (AN, 1878, SM XM1114 FUNDO B2).

Localizado na Rua da Praia, à beira-mar, o prédio onde funcionava a Capitania do Porto de Paranaguá tinha pertencido ao Comendador Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nácar. Três imóveis pertenciam à Capitania, todos necessitando de reparos. O primeiro era o próprio edifício onde estava a sede; o segundo, uma casa onde residia o oficial de fazenda, anexa ao quartel da Capitania; o terceiro, um prédio que servia como quartel da Companhia de Aprendizes Marinheiros (AN, 1881, SM XM1114 FUNDO B2). Além desses bens, a Capitania dispunha de lancha a vapor, utilizada por outras repartições públicas de Paranaguá, como a Inspetoria de Saúde do Porto (AN, 1878, SM XM1114 FUNDO B2).

O quadro de funcionários da Capitania do Porto de Paranaguá no ano de 1874 era composto pelos seguintes cargos: capitão do porto; secretário; um encarregado pelo asseio da repartição; oficial de diligências; 1º, 2º e 3º faroleiro; maquinista; foguista; dois vigias responsáveis pelo balizamento dos portos de Antonina e Paranaguá; um patrão encarregado do escaler e, por fim, um prático-mor, cargo extinto em 1878 (AN, 1874, SM IIM 754 FUNDO B5). O funcionário que exercia essa última função tinha sob sua responsabilidade todo o material pertencente à Capitania, além de ser encarregado do serviço externo: balizamento e socorros marítimos. Também pilotava a lancha a vapor. Tão importante era que o capitão do porto solicitou ao governo da província do Paraná a restituição do cargo, pois, sem prático-mor, a Capitania precisava pagar práticos particulares quando necessitava utilizar a lancha a vapor (AN, 1878, SM XM1114 FUNDO B2).

Em 1881, o quadro apresentava algumas mudanças, abrangendo comandante (capitão do porto); um oficial de diligências; um maquinista da lancha a vapor; um patrão de escaler; seis remadores, 1º e 2º faroleiros, que ficavam no Farol das Conchas, e um 3º faroleiro responsável pelo farolete da Fortaleza da Barra⁷. Havia ainda um secretário, um oficial de fazenda da Companhia de Aprendizes Marinheiro que, das nove às onze e meia da manhã, lecionava as primeiras letras aos aprendizes, e, das onze e meia às duas e meia da tarde, cuidava dos assuntos da Capitania (AN, 1881, SM XM1114 FUNDO B2).

A Capitania dos Portos de Paranaguá era responsável pelo balizamento dos portos⁸ e fiscalização dos práticos (AN, 1869, SM XM712 FUNDO B2). A partir de 26 de outubro de 1867, a praticagem só pôde ser exercida por aqueles aprovados nos exames realizados pela Capitania (AN, 1881, SM XM1114 FUNDO B2).

Foi intensa a rotatividade dos capitães do porto de Paranaguá. Os principais motivos seriam a insalubridade da cidade e a desorganização da repartição, que não tinha sequer arquivo, de modo que muitos documentos acabavam extraviados. Pelo menos três Capitães morreram no exercício da função por terem contraído algum tipo de doença: capitão tenente Raposo, o capitão de Mar e Guerra Mello Carrão e o capitão tenente Telles de Menezes. Alguns deixaram o cargo e partiram para outra região, às vezes, pelo fato de terem adoecido na cidade, como foi o caso do capitão tenente Miguel Antonio Pestana, que permaneceu em Paranaguá só dois meses e dezenove dias. Os secretários da Capitania sofreram igualmente com as enfermidades locais: alguns faleceram, outros deixaram a cidade (AN, 1885, SM XM1114 FUNDO B2). O capitão do porto de Paranaguá, Irineu José Rocha, pediu demissão do cargo quando sua mulher contraiu grave enfermidade, mas não foi exonerado, recebendo apenas trinta dias de licença. Foi substituído em 24 de julho de 1886 pelo 2º tenente, Bernardo Silveira de Miranda, então

⁷ Ambos os faróis estavam localizados na Ilha do Mel

⁸ O balizamento consiste na sinalização de um canal, rio ou braço de mar por meio de boias e/ou balizas.

comandante interino da Escola de Aprendizes Marinheiros, da qual tratarei a seguir (AN, 1886, SM XM1114 FUNDO B2).

Companhia de Aprendizes Marinheiros

Instalada em 26 de novembro de 1864, a Companhia de Aprendizes Marinheiros de Paranaguá era comandada pelos capitães dos portos. Nas províncias onde existiam arsenais, as Companhias de Aprendizes Marinheiros estavam subordinadas a seu inspetor, conforme o decreto n. 1517 de 4 de janeiro de 1855. O regulamento de 24 de outubro de 1857, anexo ao decreto nº 2003, criou as Companhias de Aprendizes de Santa Catarina e Pernambuco, sujeitando a primeira ao comando do capitão do porto e a segunda ao inspetor do arsenal. No Paraná, como não existia arsenal, a Companhia também respondia ao capitão do porto (AN, 1878, SM XM1114 FUNDO B2). Seria desvinculada da Capitania somente após o decreto 9.371 de 14 de fevereiro de 1885 (AN, 1885, SM XM1114 FUNDO B2). No entanto, tenho dúvidas se isso foi colocado em prática, uma vez que Irineu José da Rocha, capitão do porto de Paranaguá, ainda constava como Comandante da Escola em relatório de 1885⁹, afirmando nesse documento que ela necessitava de um jovem oficial comandante com dedicação exclusiva. (AN, 1885, SM XM1114 FUNDO B2).

O quadro de funcionários da Companhia de Aprendizes Marinheiros de Paranaguá, em 1875, era composto por comandante, médico, oficial de fazenda, capelão contratado, fiel, mestre, um enfermeiro e ainda guardas e imperiais marinheiros. Naquele ano, a Companhia contava com quarenta e quatro menores aprendizes (AN, 1875, SM XM712 FUNDO B2). Em 1878, as funções de capelão e imperial marinho não são mencionadas, mas figura novo cargo, o de cozinheiro (AN, 1878, SM XM1114 FUNDO B2).

A Companhia funcionou em prédio cedido após a organização da Capitania dos Portos, instalando-se em prédios alugados até a compra do imóvel que a sediará em definitivo (AN, 1878, SM XM1114 FUNDO B2).

⁹ A partir do ano de 1885, a Companhia de Menores Aprendizes Marinheiros de Paranaguá passa a ser referida pela documentação como Escola de Aprendizes Marinheiros nº 9.

Em 1885, a Capitania e a Escola funcionavam em dois edifícios térreos separados por um corredor a céu aberto, entre a Rua Visconde de Nacar e o Largo do Riachuelo (AN, 1885, SM XM1114 FUNDO B2).

Os internos alistados na Companhia eram provenientes das camadas sociais mais pobres da população. Lá recebiam instrução escolar, alimentação, alojamento e cuidados médicos. Os menores eram submetidos a recrutamento pelo Juiz de Órfãos, pelo delegado ou pelos pais. Alguns se alistavam voluntariamente (AN, 1886, SM IIM702 FUNDO B5). Para se ter uma noção de como funcionava o recrutamento da Escola de Paranaguá, recorro a exemplo fornecido pela do Rio Grande do Sul. Em 22 de outubro de 1886, ingressou lá o menor Felicíssimo da Silveira, cor parda, quatorze anos de idade, natural de Pelotas. Silveira foi levado ao delegado de polícia local pelo tutor, Firmo Manuel da Silveira, que abriu mão da gratificação de 100 mil réis ao qual tinha direito, em favor dos bens do tutelado (AN, 1886, SM IIM702 FUNDO B5).

Os menores aprendizes passavam por inspeções de saúde, tanto ao ingressar na companhia como ao deixá-la, ao completarem dezesseis anos, quando então faziam exames para completar seus estudos no Corpo de Imperiais Marinheiros na cidade do Rio de Janeiro. Muitos não conseguiam aprovação. Foi o caso do jovem Francisco Maria do Espírito Santo, considerado incapaz para o serviço da Armada Imperial pelo dr. Eugenio Guimarães Rebello. Segundo o laudo deste, Espírito Santo apresentava palidez extrema, fraqueza, ventre protuberante ou “desenvolvido”, pressão baixa, tumores duros e móveis nos flancos, diarreia, tosse constante e febre. O médico diagnosticou uma tuberculose mesentérica (AN, 1872, SM XM341 FUNDO B5). O menor de dezesseis anos, Manoel de Lara, também foi considerado incapaz ao ser submetido a uma inspeção, que apontou um “aleijão” incurável no braço esquerdo em virtude de fratura que havia sofrido. Lara foi desligado da Companhia e considerado incapaz de prosseguir no serviço da armada (AN, 1877, SM XM341 FUNDO B5).

O recenseamento de 1872 acusou 12.224 menores entre seis a quinze anos na província do Paraná, assim distribuídos: em Curitiba 1.330; 284 em Morretes; 708 em Antonina; 174 em Guaratuba; 1.112 em Paranaguá e

8.616 nos municípios restantes. Desde a fundação da Companhia até 1875, Paranaguá contribuiu com 152 crianças e adolescentes para o alistamento, enquanto Antonina enviou apenas cinco, Morretes três e Guaratuba dois (AN, 1878, SM XM1114 FUNDO B2). O número de menores apresentado pelo censo de 1872 mostra que o alistamento para a Companhia era baixo. Em 1875, ela contava com quarenta e quatro menores matriculados. O comando julgava esse número insuficiente e pedia aumento no orçamento e atenção mais efetiva das autoridades para melhorar o prestígio da repartição perante a sociedade (AN, 1875 SM XM712 FUNDO B2).

O capitão do porto de Paranaguá, Joaquim Guilherme de Mello Carrão, lamentava em 1877 a diminuição do número de menores matriculados na Companhia em virtude do não cumprimento das determinações do governo por parte dos juizes de órfãos: as crianças que deveriam alistar-se eram entregues a particulares. Para Mello Carrão, ao invés de ostentar farda e obter futuro mais digno e honroso, essas crianças eram vistas nas vendas públicas a beber, fumar e praticar jogatinas, sendo a policia leniente ao se limitar a dispersá-las e não açoitá-las. Assim, com a redução de crianças que deveriam engrossar as hostes da marinha, a Companhia corria o risco de ser extinta, sugerindo Carrão o fechamento imediato daquelas localizadas em províncias de menor importância. Dessa forma lucrariam os cofres do governo, uma vez que as despesas com as companhias eram elevadas, e sem um corpo numeroso de marinheiros, apenas davam prejuízos¹⁰. Em 1878, o número de internos caiu para vinte, alguns já prestes a completar a idade de ir para o Corpo de Imperiais Marinheiros, órgão formado por voluntários, índios, escravos libertos, presidiários e demais pessoas de baixa condição social que geralmente não conseguiam trabalho (AN, 1878, SM XM1114 FUNDO B2)¹¹. Ao que tudo indica, em virtude do declínio no índice de alistamento da

¹⁰ As profecias já podiam ser ouvidas em 1875, quando o comandante da Companhia afirmava: “não está longe a época em que seja preciso eliminar do quadro esta Companhia por falta de menores” (AN, 1875, SM XM712 FUNDO B2).

¹¹ Possivelmente, a maioria dos menores seguia para lá, dando continuidade às suas funções na Marinha, no entanto, não foi possível averiguar a que postos militares eles chegavam e como eram vistos por uma instituição considerada elitista.

Escola de Aprendizes Marinheiros de Paranaguá, passaram a ser recrutados, de forma indevida, menores de seis a sete anos, sem os devidos exames médicos obrigatórios por lei (AN, 1885, SM XM1114 FUNDO B2).

É possível constatar que, em 1886, a maioria dos internos não possuía família. Durante o período de férias, recolhiam-se ao quartel apenas durante as refeições. Para evitar prolongada ociosidade, a Escola de Aprendizes Marinheiros organizava tabelas de exercícios que incluíam aparelho e manobra, remo e bordejo realizados em escaleres, bem como a prática diária de esgrima de baioneta entre as nove e dez horas da manhã, e de infantaria entre as duas e três horas da tarde. Durante as quintas-feiras os menores internos gozavam de folga para se dedicarem a seus afazeres particulares (AN, 1886, SM IIM702 FUNDO B5). Além de formar marinheiros, a Escola fornecia ensino primário aos menores. O exame aplicado em 1886 permite constatar que as áreas do conhecimento avaliadas eram leitura de manuscritos e impressos; caligrafia; aritmética; gramática portuguesa e geografia do Brasil (AN, 1888, SM IIIM702 FUNDO B5).

A preocupação em mantê-los ocupados estava relacionada à imagem que a Escola tinha perante a população. Ela torna-se nítida quando analisamos o caso de dois menores aprendizes que não se enquadravam no regulamento da repartição e, por determinação do presidente da Província, foram removidos para a Corte, em 1886. A transferência foi justificada pelo péssimo comportamento dos jovens que, além de “incorrigíveis”, poderiam exercer má influência sobre os demais aprendizes. A *Gazeta Paranaense* publicou a seguinte nota sobre a questão:

Pelo Sr. Delegado de Polícia desta Capital, foi ontem enviado para a Companhia de Menores o liberto Francisco, de cor preta, de 12 anos de idade mais ou menos, filho da liberta Benedita Teixeira de Freitas. Este menor vivia abandonado, pois sua mãe não podia com ele, e diversas queixas de furtos e desordens foram dadas à autoridade que o remeteu para a Marinha. Há outros menores que infestam a nossa Capital, sem ocupação, sem pai nem mãe, e que começam bem cedo no caminho do vício e da vagabundagem (GAZETA PARANAENSE, 1886).

Com base nesta nota, o comando da Escola de Aprendizes Marinheiros de Paranaguá concluiu que a opinião pública e diversas autoridades responsáveis pelo envio de menores à Escola consideravam-na uma espécie de reformatório, uma casa de correção, e não um local onde eram formados imperiais marinheiros (AN, 1886, SM IIIM702 FUNDO B5). Aqueles que conheciam o cotidiano da Companhia teriam outra visão, voltada para o lado filantrópico e para as

vantagens que tão útil instituição oferece, não só à Marinha Brasileira dando-lhe marinheiros moralizados e instruídos, como também à sociedade em geral, pois facilita que grande número de meninos saia do estado miserável e ignorante em que vivem e consigam os meios de tornarem-se bons cidadãos (AN, 1875, SM XM712 FUNDO B2).

A respeito dos aspectos sanitários, o mapa nosológico apresentado em 1885 pelo dr. João Francisco Lopez Rodrigues mostra que as moléstias mais comuns entre os menores aprendizes eram febres intermitentes, totalizando mais de trinta casos¹². Outras moléstias atingiam os internos da Escola, assim denominadas: febres remitentes palustres, bronquites, suspensão da transpiração, hepatites, caquexias palustres, febres gástricas e reumatoides. Na visão do comandante da Escola, a internação dos menores na Santa Casa de Misericórdia implicava custo elevado para o governo da província do Paraná, situação que se agravava pela falta de controle dos internamentos que não eram realizados de acordo com a gravidade da doença, mencionando-se o caso de um menor que ficou internado lá entre os dias 21 de janeiro e 26 de abril para tratar de uma simples anemia (AN, 1885, SM XM1114 FUNDO B2)¹³.

¹² Nessa época a Escola possuía vinte e cinco matriculados, e nas estatísticas do dr. Rodrigues havia mais de trinta casos de febres intermitentes. Como os menores foram tratados pela Santa Casa, o mapa elaborado pelo médico tinha como base as informações retiradas do livro daquela irmandade, o que justifica esse número superior ao de matriculados na Escola.

¹³ Doenças graves como a catarata poderiam ser tratadas gratuitamente pela irmandade, contudo, a pessoa que adquirisse essa enfermidade não poderia receber os cuidados

Até 1886, a Escola mandava formular as receitas médicas de que tinha necessidade em farmácia particular, mas a partir de então passaria a fazê-lo em instalações próprias, com matéria-prima recebida da Corte. Contudo, a falta de recursos não permitiu que isso fosse realizado. O capitão do porto e comandante da Escola decidiu, então, que os aprendizes enfermos seriam tratados na Santa Casa de Misericórdia mediante diária de 2 mil réis (AN, 1886, SM IIM702 FUNDO B5). O Ministério da Marinha já havia autorizado, em 1883, o internamento de menores naquele hospital, porém restritos aos casos mais graves (AN, 1885, SM XM 1114 FUNDO B2). A partir de 1886, ficaram limitados a casos de doença contagiosa. Os dados sobre os quais me fundamento informam que, nessa época, a enfermaria da Escola de Aprendizes estava em melhores condições sanitárias e higiênicas, dispondo, inclusive, de mais recursos para tratar enfermos do que a própria Santa Casa de Paranaguá (AN, 1886, SM IIM702 FUNDO B5).

Para o dr. João Francisco Lopez Rodrigues, uma das causas das doenças que acometiam os menores era a inexistência de fardamento suficiente para vesti-los: quando as fardas eram submetidas a lavagem, as crianças permaneciam despidas no alojamento até que secassem. Considerava esse médico que o bom desenvolvimento de uma criança requeria boa alimentação, indumentária adequada ao clima, ar puro e exercícios físicos. A Escola de Aprendizes, porém, não tinha recursos ou estrutura para atender àquelas necessidades. Durante o inverno, os menores deveriam receber meias de lã, e no verão, usar somente roupas de brim¹⁴. O exercício de remo foi a única atividade constatada pelo médico, que julgava importantes também exercícios de mastro, simuladores de navios, barras fixas e trapézios. Em relação à alimentação, Lopez Rodrigues defendia distinção de cardápios nas diferentes províncias, de modo a atender a recursos e disponibilidades

necessários em Paranaguá, uma vez que na região não existiam especialistas nessa doença (AN, 1885, SM XM1114 FUNDO B2).

¹⁴ Segundo um aviso datado de 23 de junho de 1875, os aprendizes deveriam usar blusa somente na formatura e durante os passeios. Em outros dias, principalmente no inverno, os menores muitas vezes ficavam desprotegidos do frio. Os documentos indicam ainda que a alimentação era insuficiente: a porção de carne servida era de cerca de 110 gramas, quantidade que, de acordo com a documentação, não supria as necessidades dos menores. (AN, 1875, SM XM712 FUNDO B2).

locais. Sugeria a confecção de uma tabela de alimentação para cada província, mantendo, contudo, certa equidistância em relação a um modelo padronizado. Em Paranaguá, o bacalhau foi o alimento mais servido aos menores. Complementavam a dieta pão, carne seca, feijão, arroz, farinha, manteiga, verduras e legumes. Os mais ingeridos eram abóbora e batata. Consumia-se também uma ração de verduras, segundo Lopez Rodrigues, crucial para o habitante de climas quentes, pois ajudava nas defecações (AN, 1885, SM XM1114 FUNDO B2).

Ao longo do século XIX, a organização sanitária da cidade de Paranaguá contava com uma Santa Casa de Misericórdia e um lazareto localizado na Ilha das Cobras. Outras repartições atuavam no âmbito da saúde pública, direta ou indiretamente, como a Inspetoria de Saúde do Porto e a Capitania dos Portos.

Muitos menores aprendizes marinheiros adoeciam por conta das endêmicas febres palustres que atingiam Paranaguá entre os meses de outubro a março. No entanto, dispunham de médico e enfermaria cujos recursos e condições higiênicas eram superiores aos da Santa Casa de Paranaguá. Assim, um dos aspectos mais importantes relacionados à Companhia dizia respeito ao modo como problemas de saúde eram resolvidos internamente, além das observações de médicos que lá atuavam e tentavam compreender as causas das moléstias que acometiam os menores. Dessa forma, a história da Companhia revelou aspectos sociais importantes sobre crianças e adolescentes que ali ingressavam, não apenas com o intuito de servir a Marinha, mas, sobretudo, para encontrar melhores condições de vida, pois muitos eram oriundos de famílias pobres. Constata-se, portanto, que a Companhia não pode ser comparada a um hospital ou lazareto. As crianças e outras pessoas não recorriam a ela em busca de cura. Por outro lado, os aspectos destacados aqui podem fornecer subsídios importantes para futuras análises historiográficas do tema saúde em nível local.

Bibliografia

Fontes primárias

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
Série Marinha XM1114 Fundo B2
Série Marinha XM712 Fundo B2
Série Marinha IIM 754 Fundo B5
Série Marinha XM341 Fundo B5
Série Marinha IIM 702 Fundo B5

DGE – Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento geral do império de 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger; Tip. Comercial, 1876. 23v. <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

Periódico

GAZETA PARANAENSE. Curitiba. 4 de abril de 1886.

Obra memorialística

SANTOS, Antonio Vieira dos. Memória Histórica de Paranaguá. vol. I. Curitiba: Vicentina, 2001.

Fontes secundárias

BENCHIMOL, Jaime Larry. (coord). *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.
CUETO, Marcos. *O valor da saúde: história da Organização Pan-Americana da Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
DALLEDONE, Márcia Teresinha Andreatta. *Condições sanitárias e as epidemias*

- de varíola na Província do Paraná (1853-1889)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História do Brasil, UFPR, Curitiba, 1980.
- FERNANDES JUNIOR, Lindolfo. *Memórias da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (1853-1983)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 24. ed. Rio de Janeiro: E. Grall, 2007.
- GOUBERT, Pierre. *História Local*. Revista Arrabalde. Ano 1, n. 1, pp. 69-82, maio-agosto, 1988.
- LARocca, Lilianna Müller. *Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a Escola Paranaense (1886-1947)*. Tese de Doutorado em Educação. Curitiba: UFPR, 2009.
- LINHARES, Temístocles. *Paraná vivo: um retrato sem retoques*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.
- PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- PIMENTA, Tânia Salgado; COSTA, Ediná Alves. O exercício farmacêutico na Bahia da segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1013-1023, out.-dez. 2008.
- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. (Coleção Biblioteca Carioca; v. 43. Série publicação científica).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pela Comarca de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1998.